



CLIPPING INTERNET
20/11/2019 ATÉ 20/11/2019



INDÍCE

1	AÇÕES TJMA	
	1.1 BLOG EDUARDO ERICEIRA.....	1
2	DECISÕES	
	2.1 BLOG AÇAILÂNDIAMA.....	2
	2.2 BLOG DANIEL MATOS.....	3
	2.3 BLOG DIEGO EMIR.....	4
	2.4 BLOG JO FERNANDES.....	5
	2.5 BLOG MINUTO BARRA.....	6
	2.6 SITE FOLHA DE SÃO PAULO	7
	2.7 SITE JORNAL O ESTADO DO MARANHÃO.....	8
	2.8 SITE JORNAL PEQUENO.....	9
	2.9 SITE MARANHÃO HOJE.....	10
	2.10 SITE O ITAQUI.....	11
3	DESEMBARGADOR	
	3.1 BLOG PAULO ROBERTO.....	12
4	ESMAM	
	4.1 BLOG ABEL CARVALHO.....	13
5	INSTITUCIONAL	
	5.1 BLOG ATUAL 7.....	14
	5.2 BLOG DO NETO FERREIRA	15
	5.3 BLOG EDUARDO ERICEIRA.....	16
	5.4 BLOG KIM LOPES.....	17
	5.5 BLOG MARRAPÁ.....	18
	5.6 BLOG O MAIOR DO MUNDO.....	19
	5.7 BLOG PRISCILA PETRUS.....	20
	5.8 BLOG PÁGINA 2.....	21
	5.9 SITE JORNAL O ESTADO DO MARANHÃO.....	22
6	PRECATÓRIOS	
	6.1 BLOG DIEGO EMIR.....	23
	6.2 BLOG DO MINARD.....	24
	6.3 BLOG PAULO ROBERTO.....	25
7	PRESIDÊNCIA	
	7.1 SITE JORNAL O ESTADO DO MARANHÃO.....	26
8	SERVIDOR PÚBLICO	
	8.1 SITE JORNAL O ESTADO DO MARANHÃO.....	27

Inovação: Projetos para ampliação do acesso à justiça no Maranhão serão apresentados em seminário da Escola da Magistratura. O bacabalense Allain Frank Neves Oliveira foi um dos destaques

Com informações da comunicação ESMAM - Cerca de 20 projetos elaborados para efetivação de políticas públicas no âmbito do Sistema de Justiça e Segurança Pública foram apresentados a gestores e membros de várias instituições, na última segunda-feira (11), por profissionais que atuam no Tribunal de Justiça e Ministério Público do Maranhão, durante o seminário “A Gestão de Projetos e as Contribuições para o Sistema de Justiça”. O evento foi realizado no Auditório do Fórum de São Luís (Calhau).

Os trabalhos foram produzidos nas oficinas de capacitação do Curso de Elaboração de Projetos em Políticas Públicas Judiciárias, promovido pela Escola Superior da Magistratura do Maranhão (ESMAM), durante os meses de junho a outubro deste ano. O conteúdo foi elaborado a partir de resultados do diagnóstico feito sobre as demandas institucionais para projetos no âmbito do Tribunal.

O desembargador Froz Sobrinho, diretor da ESMAM, explica que as atividades fazem parte de um programa que visa a estruturação do Laboratório de Inovação e Monitoramento de Políticas Públicas Judiciárias. “Os projetos, quando implantados, vão dinamizar os recursos internos, o aprimoramento dos fluxos processuais e o alcance de resultados para a sociedade”, conclui.

OFICINAS

Divididos em duas turmas, 60 profissionais de diversas áreas, que desenvolvem ou pretendem implantar iniciativas em suas unidades de trabalho, desenvolveram suas peças a partir da metodologia Canvas Project – utilizada mundialmente para diagnóstico, planejamento e gerenciamento de negócios e projetos.

Os participantes também tiveram acesso a experiências de sucesso gerenciadas por outras esferas de poder que já promoveram importantes mudanças no âmbito social.

Com duração de 90 horas, distribuídas em três oficinas, a capacitação foi ministrada pela psicóloga e professora da Universidade Federal do Maranhão, Rosângela Maria Guimarães Rosa; e a socióloga e pedagoga Laiza Spagna - especialista no modelo Canvas de Gestão de Projetos e pesquisadora do Instituto Veredas. Ambas as profissionais atuaram como consultoras durante todo o processo de formação dos agentes, elaboração e gestão dos projetos.

Continue lendo em: <https://blogdoabelcarvalho.blogspot.com/2019/11/inovacao-projetos-para-ampliacao-do.html>

Dino tenta se antecipar à PEC paralela com votação relâmpago de reforma da Previdência no MA

Gestão comunista quer aumentar alíquotas de contribuição dos servidores, patronal e dos aposentados

19/11/2019 19h13min - Atualizado em 19/11/2019 19h16min

ATUAL7

O governador do Maranhão, Flávio Dino (PCdoB), tentou se antecipar à aprovação da PEC (Proposta de Emenda à Constituição) paralela que está sendo votada no Senado e enviou para a Assembleia Legislativa uma proposta própria de reforma da Previdência que aplica aos servidores estaduais parte das regras aprovadas pelo Congresso no mês passado.

O texto foi encaminhado aos deputados nesta terça-feira 19, e por pouco não foi aprovado em votação relâmpago no mesmo dia, sem qualquer discussão por parte dos parlamentares. A estratégia governista só não teve êxito porque os deputados opositoristas Wellington do Curso (PSDB), César Pires (PV) e Adriano Sarney (PV) reagiram.

Pires, no caso, pediu vistas na CCJ (Comissão de Constituição e Justiça) e a votação foi adiada em 24 horas, ou seja, para esta quarta-feira 20.

Segundo a mensagem encaminhada por Flávio Dino, haverá um aumento na alíquota de contribuição dos servidores, que passa de 11% para a partir de 14%, o que deve provocar impacto imediato na arrecadação para a Previdência do Estado.

O governador do Maranhão pretende, ainda, aumentar da alíquota da contribuição patronal para o Fepa (Fundo Estadual de Pensão e Aposentadoria), que é hoje de 15%, mas que, com a reforma, será de a partir da mesma alíquota, mas podendo chegar até 44% do salário-contribuição dos servidores ativos, dos aposentados e dos pensionistas.

Além disso, Dino também quer o aumento na contribuição previdenciária dos aposentados. Atualmente, o limite estabelecido é no valor de até metade do teto do INSS (Instituto Nacional do Seguro Social). Caso aprovada a reforma da gestão comunista, só irá contribuir quem ganha o teto, que é a partir de R\$ 5,8 mil.

Em um dos pontos, o projeto comunista diverge da reforma da Previdência aprovada pelo Congresso quanto aos benefícios de pensão por morte de servidores. Enquanto na reforma do presidente Jair Bolsonaro (PSL) houve apenas uma adequação, de 50% de benefício e 10% a até 100% a cada dependente, na proposta por Dino permanecerão as regras estaduais atuais, de 100% de benefício.

Para outros itens do RPPS (Regime Próprio de Previdência Social), segundo a proposta apresentada por Flávio

Dino, será criado um comitê de adequação para propor leis e outros atos normativos sobre o assunto.

De acordo com a proposta, farão parte desse comitê a SEGEP (Secretaria de Estado da Gestão, Patrimônio e Assistência dos Servidores), que o presidirá; a SEPLAN (Secretaria de Estado do Planejamento e Orçamento; o IPREV (Instituto de Previdência dos Servidores do Estado do Maranhão); a PGE (Procuradoria Geral do Estado); o Tribunal de Justiça; a Assembleia Legislativa; o Ministério Público do Maranhão; o TCE (Tribunal de Contas do Estado; e a DPE (Defensoria Pública do Estado).

Prefeito de Buriticupu é acusado de não pagar salário integral a secretários.

19/11/2019

Ex-secretários municipais de Buriticupu denunciam o prefeito José Gomes Rodrigues (PRB), de não repassar o valor integral dos vencimentos ao primeiro escalão, segundo alguns ex-colaboradores do gestor, Zé Gomes retém parte dos salários dos secretários e diretores do município.

De acordo com a lei municipal nº 372/2016, o valor a ser pago a cada secretário é de 8.700,00 (oito mil e setecentos reais), porém, o honesto prefeito, só estaria repassando 7.000,00 sete mil reais, ficando uma diferença de 1.700,00 (um mil e setecentos reais). Só pra constar, o salário do nobre prefeito de Buriticupu é apenas uma “grujetinha” de 21.700,00 (vinte e um mil e setecentos reais).

Pelo mesmos dois ex-secretários já ingressaram na justiça para reaver o que não receberam quando no exercício de suas funções.

A pergunta é: pra onde foi o restante dos salários dos secretários? já que não foi para a conta deles? O Ministério Público do Maranhão deve investigar esse desacerto. “Cadê o dinheiro dos secretários”? Nunca é demais lembrar que o gestor se mantém no cargo graças a uma decisão monocrática do desembargador Jaime TJ-MA, que retornou o condenado prefeito ao cargo após 19 dias longe dos cofres do município.

Blog Jô Fernandes

Zé Inácio promove audiência sobre o Dia Nacional da Consciência Negra.

Zé Inácio: "as conquistas alcançadas pelos negros no Brasil e no Maranhão são significativas, mas o caminho até que se tenha igualdade de direitos e mais respeito ao nosso povo ainda é longo e árduo"

Foi realizada nessa terça-feira (19) audiência pública em alusão ao Dia Nacional da Consciência Negra, comemorado em 20 de novembro.

A audiência, proposta via requerimento apresentado pelo deputado Zé Inácio a pedido do Conselho Estadual de Igualdade Racial, teve como tema "Da escravidão aos dias de hoje: O que mudou para a população negra do Maranhão". A suspensão do feriado estadual do Dia da Consciência Negra, de autoria de Zé Inácio, também foi discutida.

Representantes do movimento negro no estado e de movimentos sociais participaram, expondo as dificuldades que o povo negro tem enfrentado ao longo dos anos e ressaltando a importância da luta em defesa dos direitos e da vida do povo negro.

Segundo Zé Inácio, "as conquistas alcançadas pelo povo negro no Brasil e no Maranhão são significativas, mas o caminho até que se tenha igualdade de direitos e mais respeito pelo povo negro ainda é longo e árduo. O feriado estadual do dia 20 de novembro é mais que uma data importante no nosso calendário, é um dia de luta, mais um dia de luta e por isso o feriado deve ser mantido. A suspensão do feriado é um ato que pode ser visto como discriminatório e esse é mais um dia para lutarmos contra a retirada de direitos e buscar novas conquistas. Já foi apresentado recurso contra a decisão do TJ que suspense o feriado e acredito que essa decisão será reformada em instâncias superiores".

Durante a audiência houve palestra do Doutor e Mestre em Ciências Sociais-Política (PUC/SP), Silvio BemBem.

Também participaram do debate Socorro Guterres, secretaria adjunta de Igualdade Racial; Creuzamar de Pinho, secretaria adjunta de Direitos Humanos; Mari-Silva Maia da Silva, presidente do Conselho Estadual De Defesa Dos Direitos Humanos; Jacinta Maria Santos, presidente do Conselho Estadual da Política de Igualdade Étnico Racial; Egberto Magno, representante da Frente em Defesa do 20 de Novembro; Jean Carlos Nunes Pereira, titular do Núcleo de Direitos Humanos da Defensoria Pública do Maranhão e Eric Morais, presidente da Comissão da Verdade da Escravidão Negra da OAB.

O post Zé Inácio promove audiência sobre o Dia Nacional da Consciência Negra. apareceu primeiro em Daniel Matos.

Zé Inácio promove audiência sobre o Dia Nacional da Consciência Negra

Foi realizada nesta terça-feira (19) audiência pública em alusão ao Dia Nacional da Consciência Negra, comemorado dia 20 de novembro.

A audiência, que foi um requerimento do deputado Zé Inácio a pedido do Conselho Estadual de Igualdade Racial, teve como tema “Da escravidão aos dias de hoje: O que mudou para a população negra do Maranhão”. A suspensão do feriado estadual do Dia da Consciência Negra, de autoria de Zé Inácio, também foi discutida.

Representantes do movimento negro no estado e de movimentos sociais participaram, expondo as dificuldades que o povo negro tem enfrentado ao longo dos anos e ressaltando a importância da luta em defesa dos direitos e da vida do povo negro.

Segundo Zé Inácio, “As conquistas alcançadas pelo povo negro no Brasil e no Maranhão são significativas, mas o caminho até que se tenha igualdade de direitos e mais respeito pelo povo negro ainda é longo e árduo. O feriado estadual do dia 20 de novembro é mais que uma data importante no nosso calendário, é um dia de luta, mais um dia de luta e por isso o feriado deve ser mantido. A suspensão do feriado é um ato que pode ser visto como discriminatório e esse é mais um dia para lutarmos contra a retirada de direitos e buscar novas conquistas. Já foi apresentado recurso contra a decisão do TJ que suspende o feriado e acredito que essa decisão será reformada em instâncias superiores”.

Durante a audiência houve palestra do Doutor e Mestre em Ciências Sociais-Política (PUC/SP), Silvio BemBem.

Também participaram do debate Socorro Guterres, secretária adjunta de Igualdade Racial; Creuzamar de Pinho, secretária adjunta de Direitos Humanos; Mari-Silva Maia da Silva, presidente do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos Humanos; Jacinta Maria Santos, presidente do Conselho Estadual da Política de Igualdade Étnico Racial; Egberto Magno, representante da Frente em Defesa do 20 de Novembro; Jean Carlos Nunes Pereira, titular do Núcleo de Direitos Humanos da Defensoria Pública do Maranhão e Eric Moraes, presidente da Comissão da Verdade da Escravidão Negra da OAB.

Atuação da OAB/MA leva Conselho Federal requerer ingresso como amicus curiae em mandado de segurança no STF que trata dos precatórios

20 de novembro de 2019 : 10:57

Em sessão realizada no último dia 18, segunda-feira, o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, decidiu, por unanimidade, que irá requerer ingresso como amicus curiae no mandado de segurança do Estado do Maranhão no STF, em que pedem que o Governo Federal seja obrigado a providenciar o empréstimo, previsto na emenda 99, para pagamento dos precatórios.

A relatoria do voto ficou a cargo do secretário-geral da OAB, Alberto Simonetti, que destacou a importância dos precatórios, não só para a advocacia, mas para toda a sociedade brasileira. “Os advogados e advogadas estão junto com milhares de cidadãos brasileiros entre os credores dos precatórios a serem pagos pelos entes federados. As referidas verbas possuem caráter alimentar e o seu pagamento, em tempo razoável, merece toda a atenção deste Conselho na medida em que atenderá não apenas os interesses coletivos da advocacia, mas terá significativo impacto na economia de todos os estados brasileiros”, afirmou.

Em seu voto, Simonetti relatou ainda que as informações de maneira sucinta evidenciam a relevância e a importância e a repercussão social da matéria a autorizar a participação do Conselho como amicus curiae em todas as demandas que versam sobre o Artigo 101, parágrafo 4º da ADCT em trâmite no Supremo Tribunal Federal. “Pelo exposto, voto, nesses termos, pelo requerimento de admissão desta entidade no mandato de segurança 36375 e nas demais ações que tramitam na Suprema Corte discutindo o art. 101, parágrafo 4º”, votou.

De posse da palavra, o presidente da OAB Maranhão, Thiago Diaz, ressaltou a luta da OAB Maranhão junto ao Governo do Estado para a regularização da dívida dos precatórios. “Quero destacar a importância desse ingresso da Ordem como amicus curiae, para a advocacia na base, nos estados. Isso, especificamente, no caso do Maranhão, que é o case em que se justificou o pedido de entrada da Ordem. Nós, na OAB Maranhão, pressionamos muito fortemente o governo do Estado pelo atraso no pagamento dos precatórios, pela importância que todos nós sabemos que isso tem para a advocacia, mormente pela questão dos honorários advocatícios”, pontuou Diaz.

Na oportunidade, Diaz observou ainda que em função das diversas negativas do Governo do Estado no pagamento da dívida a OAB foi ao Tribunal de Justiça solicitar o sequestro de verbas para honrar o pagamento. “Fomos ao Tribunal de Justiça e requeremos ao presidente do Tribunal o sequestro das verbas do Governo do Estado. Como o presidente do TJ não fez, fomos, assim, ao CNJ, solicitando o pagamento da dívida. Foi então, que o governador solicitou à Assembleia Legislativa um pedido de autorização para empréstimo”, explicou.

Desde 2017, a OAB Maranhão vem atuando incessantemente junto ao governo do Estado para que regularize sua dívida de precatórios junto à sociedade maranhense e também à advocacia. Vale destacar que a responsabilidade de arrecadar o dinheiro para pagar os precatórios é do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão. A OAB Maranhão tem cobrado com insistência tanto à Corte de Justiça, quanto o Governo do Estado

para que sejam tomadas as providências cabíveis para que o Governo do Estado pague os precatórios.

“A emenda constitucional 99, diz que esse empréstimo tem natureza vinculada. Então, não corre o risco de ser utilizado para outra finalidade, que não o pagamento de precatórios e por isso, parabenizo o voto e também adiro no sentido de pedir a esse Conselho o deferimento pelo ingresso da Ordem como amicus curiae, porque realmente é relevante para o Estado que nós cobramos os pagamentos dos precatórios, que precisam viabilizar a forma, ferramentas, dinheiro, para efetivamente fazer esses pagamentos”, finalizou Thiago Diaz.

Possibilidade de venda de precatórios

O artigo 105 do ADCT estabelece que: Art. 105. Enquanto vigor o regime de pagamento de precatórios previsto no art. 101 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, é facultada aos credores de precatórios, próprios ou de terceiros, a compensação com débitos de natureza tributária ou de outra natureza que até 25 de março de 2015 tenham sido inscritos na dívida ativa dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, observados os requisitos definidos em lei própria do ente federado.

A alteração recente promovida pela Emenda Constitucional n. 99 tornou mais atraente para grandes empresas a compra de precatórios, na medida em que poderão compensar esses créditos com débitos tributários.

Os credores de precatórios que tiverem pressa no recebimento de seus valores e estiverem dispostos a abrir mão de parte de seu crédito (deságio) podem buscar seus advogados para verificar a possibilidade de venda do precatório.

Emenda Constitucional 94/2016

A norma Constitucional alterada passou a estabelecer um novo sistema de pagamento de precatórios. De acordo com a Emenda Constitucional 94/2016, poderão ser pagos até 2020, por um regime especial, os precatórios a cargo de estados, do Distrito Federal e de municípios pendentes até 25 de março de 2015 e aqueles que vencerão até 31 de dezembro de 2020.

A nova norma ajusta o regime de pagamentos à decisão de 2013 do Supremo Tribunal Federal (STF), que declarou a inconstitucionalidade de parte da Emenda Constitucional 62, de 2009. Essa emenda previa prazo de 15 anos para os pagamentos. Os precatórios são dívidas contraídas pelos governos em todas as esferas quando são condenados pela Justiça a fazer um pagamento.

Precatórios: atuação da OAB-MA leva Conselho Federal a requerer ingresso como amicus curiae em mandado de segurança no STF

Em sessão realizada no último dia 18, segunda-feira, o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, decidiu, por unanimidade, que irá requerer ingresso como amicus curiae no mandado de segurança do Estado do Maranhão no STF, em que pedem que o Governo Federal seja obrigado a providenciar o empréstimo, previsto na emenda 99, para pagamento dos precatórios.

A relatoria do voto ficou a cargo do secretário-geral da OAB, Alberto Simonetti, que destacou a importância dos precatórios, não só para a advocacia, mas para toda a sociedade brasileira. “Os advogados e advogadas estão junto com milhares de cidadãos brasileiros entre os credores dos precatórios a serem pagos pelos entes federados. As referidas verbas possuem caráter alimentar e o seu pagamento, em tempo razoável, merece toda a atenção deste Conselho na medida em que atenderá não apenas os interesses coletivos da advocacia, mas terá significativo impacto na economia de todos os estados brasileiros”, afirmou.

Em seu voto, Simonetti relatou ainda que as informações de maneira sucinta evidenciam a relevância e a importância e a repercussão social da matéria a autorizar a participação do Conselho como amicus curiae em todas as demandas que versam sobre o Artigo 101, parágrafo 4º da ADCT em trâmite no Supremo Tribunal Federal. “Pelo exposto, voto, nesses termos, pelo requerimento de admissão desta entidade no mandato de segurança 36375 e nas demais ações que tramitam na Suprema Corte discutindo o art. 101, parágrafo 4º”, votou.

De posse da palavra, o presidente da OAB Maranhão, Thiago Diaz, ressaltou a luta da OAB Maranhão junto ao Governo do Estado para a regularização da dívida dos precatórios. “Quero destacar a importância desse ingresso da Ordem como amicus curiae, para a advocacia na base, nos estados. Isso, especificamente, no caso do Maranhão, que é o case em que se justificou o pedido de entrada da Ordem. Nós, na OAB Maranhão, pressionamos muito fortemente o governo do Estado pelo atraso no pagamento dos precatórios, pela importância que todos nós sabemos que isso tem para a advocacia, mormente pela questão dos honorários advocatícios”, pontuou Diaz.

Na oportunidade, Diaz observou ainda que em função das diversas negativas do Governo do Estado no pagamento da dívida a OAB foi ao Tribunal de Justiça solicitar o sequestro de verbas para honrar o pagamento. “Fomos ao Tribunal de Justiça e requeremos ao presidente do Tribunal o sequestro das verbas do Governo do Estado. Como o presidente do TJ não fez, fomos, assim, ao CNJ, solicitando o pagamento da dívida. Foi então, que o governador solicitou à Assembleia Legislativa um pedido de autorização para empréstimo”, explicou.

Desde 2017, a OAB Maranhão vem atuando incessantemente junto ao governo do Estado para que regularize sua dívida de precatórios junto à sociedade maranhense e também à advocacia. Vale destacar que a responsabilidade de arrecadar o dinheiro para pagar os precatórios é do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão. A OAB Maranhão tem cobrado com insistência tanto à Corte de Justiça, quanto o Governo do Estado para que sejam tomadas as providências cabíveis para que o Governo do Estado pague os precatórios.

“A emenda constitucional 99, diz que esse empréstimo tem natureza vinculada. Então, não corre o risco de ser utilizado para outra finalidade, que não o pagamento de precatórios e por isso, parabenizo o voto e também adiro no sentido de pedir a esse Conselho o deferimento pelo ingresso da Ordem como amicus curiae, porque realmente é relevante para o Estado que nós cobramos os pagamentos dos precatórios, que precisam viabilizar a forma, ferramentas, dinheiro, para efetivamente fazer esses pagamentos”, finalizou Thiago Diaz.

Possibilidade de venda de precatórios

O artigo 105 do ADCT estabelece que: Art. 105. Enquanto viger o regime de pagamento de precatórios previsto no art. 101 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, é facultada aos credores de precatórios, próprios ou de terceiros, a compensação com débitos de natureza tributária ou de outra natureza que até 25 de março de 2015 tenham sido inscritos na dívida ativa dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, observados os requisitos definidos em lei própria do ente federado.

A alteração recente promovida pela Emenda Constitucional n. 99 tornou mais atraente para grandes empresas a compra de precatórios, na medida em que poderão compensar esses créditos com débitos tributários.

Os credores de precatórios que tiverem pressa no recebimento de seus valores e estiverem dispostos a abrir mão de parte de seu crédito (deságio) podem buscar seus advogados para verificar a possibilidade de venda do precatório.

Emenda Constitucional 94/2016

A norma Constitucional alterada passou a estabelecer um novo sistema de pagamento de precatórios. De acordo com a Emenda Constitucional 94/2016, poderão ser pagos até 2020, por um regime especial, os precatórios a cargo de estados, do Distrito Federal e de municípios pendentes até 25 de março de 2015 e aqueles que vencerão até 31 de dezembro de 2020.

A nova norma ajusta o regime de pagamentos à decisão de 2013 do Supremo Tribunal Federal (STF), que declarou a inconstitucionalidade de parte da Emenda Constitucional 62, de 2009. Essa emenda previa prazo de 15 anos para os pagamentos. Os precatórios são dívidas contraídas pelos governos em todas as esferas quando são condenados pela Justiça a fazer um pagamento.

Veículos oficiais do TJ estão sendo usados para fins pessoais, diz denúncia

Nesta manhã, o uso de veículos oficiais do Tribunal de Justiça do Maranhão foi denunciado em um programa de rádio do grupo Mirante.

Segundo informações, os carros estão sendo usados para uso pessoal de servidores.

O presidente do TJ, José Joaquim Figueiredo dos Anjos, emitiu nota e disse que será aberta sindicância para apurar o caso.

Leia abaixo:

"O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Joaquim Figueiredo, afirmou que a Instituição vai instaurar sindicância administrativa para apurar a denúncia de que veículos pertencentes ao Poder Judiciário estejam sendo utilizados irregularmente para fins particulares.

A denúncia sobre a violação de regras quanto ao uso indevido de veículos oficiais do Tribunal de Justiça do Maranhão foi feita por um ouvinte no programa radiofônico 'Panorama', na Rádio Mirante AM, apresentado pelo radialista Jorge Aragão. A comprovação da suposta irregularidade implicará em punição administrativa.

"Por lei e por regra interna do Tribunal de Justiça do Maranhão, o veículo oficial deve ser usado exclusivamente para atender às demandas do Poder Judiciário, sempre limitado pelo interesse público, sob pena de rigorosa punição", afirmou o desembargador Joaquim Figueiredo.

Para tanto, o Tribunal de Justiça do Maranhão solicita que a denúncia seja protocolada, informando a data, o local, o horário e a respectiva placa do veículo oficial flagrado circulando fora do horário permitido, para que sejam adotadas as medidas disciplinares administrativas cabíveis decorrentes da apuração.

INSTITUCIONAL: Poderes constituídos evidenciam o esforço pelo fortalecimento do Estado, afirma desembargador Joaquim Figueiredo

Assinados nessa segunda-feira (18), na Sala de Sessões Plenárias do Tribunal de Justiça do Maranhão, os atos interinstitucionais pela Sustentabilidade do Estado do Maranhão, com a presença do presidente da Corte, desembargador Joaquim Figueiredo, do governador do Estado, Flávio Dino, e do presidente da Assembleia Legislativa, deputado Othelino Neto. Na ocasião, foi assinado também o despacho de liberação de recursos para proteção ambiental pelo juiz titular da Vara de Interesses Difusos e Coletivos, Douglas de Melo Martins.

Durante o ato institucional, que envolveu os dirigentes dos três poderes estaduais, foram assinados ainda o Decreto do Ecoliga e o Projeto de Lei do Parque Estadual do Bacanga.

“É um momento histórico em que os Poderes constituídos evidenciam a ideia de que o esforço pelo fortalecimento do Estado deve girar em torno de um grande pacto institucional que contemple as aspirações da sociedade maranhense. Em tempos de muitos desafios, o esforço conjunto dos poderes constituídos nesse ato é a demonstração inequívoca de que todos nós, gestores públicos, estamos empenhados em atender plenamente aos anseios da sociedade”, assinalou o desembargador Joaquim Figueiredo.

INVESTIMENTOS

Serão investidos mais de R\$ 25 milhões em unidades de conservação, dentre as quais o Parque Estadual do Rangedor e o Parque Estadual do Bacanga, para proteção, defesa ambiental, uso sustentável dos recursos naturais, ações de recuperação de áreas do interior do Estado, incluindo o Parque Ambiental de Timon.

ACESSIBILIDADE

Antecedendo as assinaturas, foram entregues, à Secretaria de Cultura, na entrada principal do Tribunal de Justiça, pelo juiz Douglas de Melo Martins, dois carrinhos elétricos que serão usados para viabilizar a acessibilidade de pessoas com deficiência no Centro Histórico de São Luís.

Os veículos foram adquiridos por meio de acordo judicial na Vara de Interesses Difusos e Coletivos, proposto pela Defensoria Pública, com o parecer do Ministério Público. Na oportunidade, o juiz Douglas Melo Martins agradeceu ao apoio do presidente do TJMA, desembargador Joaquim Figueiredo, e de todas as instituições envolvidas para a garantia dos direitos das pessoas com deficiência, bem como pela assinatura dos atos em benefício da sustentabilidade no Estado.

O procurador-geral de Justiça, Luiz Gonzaga Martins Coelho, o procurador-geral do Estado, Rodrigo Maia, o defensor público-geral, Alberto Bastos, entre outras autoridades participaram do evento.

SÃO LUÍS: MPMA assina projeto de educação ambiental em favor do Parque Estadual do Bacanga

Em evento realizado na tarde desta segunda-feira, 18, na sede do Tribunal de Justiça do Maranhão, no Centro de São Luís, o Ministério Público do Maranhão, por meio da Procuradoria Geral de Justiça e da Escola Superior do Ministério Público do Maranhão (ESMP), assinou o Termo de Cooperação Técnica para o desenvolvimento de projetos e atividades voltadas para educação ambiental na área do Parque Estadual do Bacanga.

Do MPMA, estiveram presentes o procurador-geral de justiça, Luiz Gonzaga Martins Coelho, e o diretor da ESMP, promotor de justiça Márcio Thadeu Silva Marques, que assinaram o documento.

Também subscreveram o termo autoridades que representam o Estado do Maranhão, Tribunal de Justiça do Maranhão, Escola Superior da Magistratura, Comissão Gestora do Plano de Logística Sustentável do TJMA, Fórum Estadual de Educação Ambiental e Associação Comunitária Itaqui-Bacanga.

Pelo acordo - que tem validade de seis meses podendo ser prorrogado - os participantes devem desenvolver ações conjuntas como projetos, programas nas áreas de ensino, pesquisa e extensão, ciências e tecnologia; permitir o intercâmbio de profissionais para a apresentação de palestras seminários e congressos; promover o intercâmbio de informações técnicas e científicas.

Igualmente está prevista a promoção de seminários e encontros para a discussão de resultados globais ou parciais, envolvendo técnicos, professores, acadêmicos e a comunidade em geral.

Outra proposta estipulada é a realização de oficinas de capacitação para práticas sustentáveis em diversas áreas como reciclagem, reaproveitamento, compostagem de resíduos sólidos, reflorestamento e proteção da fauna.

RECURSOS

Estão previstos recursos de aproximadamente R\$ 26 milhões, oriundos de compensação ambiental, que serão destinados ao Fundo de Estadual de Unidades de Conservação, para serem aplicados em vários parques e unidades de conservação estaduais. Para o Parque Estadual do Bacanga, estão previstos aproximadamente R\$ 3,5 milhões para ações de proteção e conservação.

Na ocasião, o governador Flávio Dino assinou o decreto do Eco Liga e o projeto de lei do Parque Estadual do Bacanga, a ser encaminhado para a apreciação dos deputados da Assembleia Legislativa.

Estiveram presentes no evento o presidente da Assembleia Legislativa, deputado estadual Othelino Neto; o presidente do Tribunal de Justiça, desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos; o juiz Douglas de Mello

Martins; o presidente da Escola Superior da Magistratura, desembargador José Jorge Figueiredo dos Anjos, o defensor público-geral do Estado do Maranhão, Alberto Pessoa Bastos ; o procurador-geral do estado, Rodrigo Maia Rocha; o coordenador do Fórum Estadual de Educação Ambiental, Sálvio Dino Júnior.

Compareceram também estudantes, professores e representantes da sociedade civil e de entidades comunitárias da área Itaqui-Bacanga.

“Esta é uma importante iniciativa para a conscientização sobre a importância da proteção da área do Parque Estadual do Bacanga, um dos mais importantes do estado, que necessita de ações imediatas, em todos os âmbitos, para a sua preservação. O Ministério Público do Maranhão estará empenhado na promoção de atividades conjuntas preventivas de conservação do parque”, afirmou o procurador-geral de justiça, Luiz Gonzaga Martins Coelho.

Pode isso MP? Prefeito de Buriticupu é acusado de não pagar salário integral a secretários.

13:51 | Postado e Atualizado By: JO FERNANDES

Ex-secretários municipais de Buriticupu denunciam o prefeito José Gomes Rodrigues (PRB), de não repassar o valor integral dos vencimentos ao primeiro escalão, segundo alguns ex-colaboradores do gestor, Zé Gomes retém parte dos salários dos secretários e diretores do município.

De acordo com a lei municipal nº 372/2016, o valor a ser pago a cada secretário é de 8.700,00 (oito mil e setecentos reais), porém, o honesto prefeito, só estaria repassando 7.000,00 sete mil reais, ficando uma diferença de 1.700,00 (um mil e setecentos reais).

Só pra constar, o salário do nobre prefeito de Buriticupu é apenas uma “grujetinha” de 21.700,00 (vinte e um mil e setecentos reais).

Pelo mesmos dois ex-secretários já ingressaram na justiça para reaver o que não receberam quando no exercício de suas funções.

A pergunta é: pra onde foi o restante dos salários dos secretários? já que não foi para a conta deles? O Ministério Público do Maranhão deve investigar esse desacerto. “Cadê o dinheiro dos secretários”?

Nunca é demais lembrar que o gestor se mantém no cargo graças a uma decisão monocrática do desembargador Jaime TJ-MA, que retornou o condenado prefeito ao cargo após 19 dias longe dos cofres do município.

Poderes se unem em favor da sustentabilidade.

novembro 19, 2019

Assinados nessa segunda-feira (18), na Sala de Sessões Plenárias do Tribunal de Justiça do Maranhão, os atos interinstitucionais pela Sustentabilidade do Estado do Maranhão, com a presença do presidente da Corte, desembargador Joaquim Figueiredo, do governador do Estado, Flávio Dino, e do presidente da Assembleia Legislativa, deputado Othelino Neto. Na ocasião, foi assinado também o despacho de liberação de recursos para proteção ambiental pelo juiz titular da Vara de Interesses Difusos e Coletivos, Douglas de Melo Martins.

Durante o ato institucional, que envolveu os dirigentes dos três poderes estaduais, foram assinados ainda o Decreto do Ecoliga e o Projeto de Lei do Parque Estadual do Bacanga.

“É um momento histórico em que os Poderes constituídos evidenciam a ideia de que o esforço pelo fortalecimento do Estado deve girar em torno de um grande pacto institucional que contemple as aspirações da sociedade maranhense. Em tempos de muitos desafios, o esforço conjunto dos poderes constituídos nesse ato é a demonstração inequívoca de que todos nós, gestores públicos, estamos empenhados em atender plenamente aos anseios da sociedade”, assinalou o desembargador Joaquim Figueiredo.

INVESTIMENTOS

Serão investidos mais de R\$ 25 milhões em unidades de conservação, dentre as quais o Parque Estadual do Rangedor e o Parque Estadual do Bacanga, para proteção, defesa ambiental, uso sustentável dos recursos naturais, ações de recuperação de áreas do interior do Estado, incluindo o Parque Ambiental de Timon.

ACESSIBILIDADE

Antecedendo as assinaturas, foram entregues, à Secretaria de Cultura, na entrada principal do Tribunal de Justiça, pelo juiz Douglas de Melo Martins, dois carrinhos elétricos que serão usados para viabilizar a acessibilidade de pessoas com deficiência no Centro Histórico de São Luís.

Os veículos foram adquiridos por meio de acordo judicial na Vara de Interesses Difusos e Coletivos, proposto pela Defensoria Pública, com o parecer do Ministério Público. Na oportunidade, o juiz Douglas Melo Martins agradeceu ao apoio do presidente do TJMA, desembargador Joaquim Figueiredo, e de todas as instituições envolvidas para a garantia dos direitos das pessoas com deficiência, bem como pela assinatura dos atos em benefício da sustentabilidade no Estado.

O procurador-geral de Justiça, Luiz Gonzaga Martins Coelho, o procurador-geral do Estado, Rodrigo Maia, o defensor público-geral, Alberto Bastos, entre outras autoridades participaram do evento.

Poderes unem esforços para garantir sustentabilidade ambiental no Maranhão

Destaque / 19 de novembro de 2019 / 06h07 - Por Leandro Miranda

O presidente da Assembleia Legislativa do Maranhão, deputado Othelino Neto (PCdoB), participou, nesta segunda-feira (18), no plenário do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), da assinatura de atos interinstitucionais pela Sustentabilidade do Estado do Maranhão. O objetivo é destinar recursos para a proteção do meio ambiente no Maranhão, com o apoio dos poderes Legislativo, Judiciário e Executivo.

Na oportunidade, o juiz Douglas de Melo Martins, titular da Vara de Interesses Difusos e Coletivos, assinou o despacho de liberação de recursos para proteção ambiental, e, em seguida, o governador Flávio Dino (PCdoB) assinou o Decreto do Eco Liga e o Projeto de Lei do Parque Estadual do Bacanga, que deverá ser enviado à Assembleia Legislativa para ser apreciado e votado pelos parlamentares.

“É um momento histórico em que os poderes constituídos e órgãos autônomos somam forças para investir em sustentabilidade, tornando, assim, o Maranhão cada vez mais sustentável e ambientalmente saudável”, ressaltou o presidente Othelino.

De acordo com o plano de execução apresentado pelo Governo do Estado, serão investidos mais de R\$ 25 milhões em unidades de conservação, dentre as quais, o Parque Estadual do Rangedor e o Parque Estadual do Bacanga.

“Com esses recursos, frutos dessa união, fazer um trabalho de proteção, defesa e qualificação é um passo importante para que haja essa interação entre as pessoas e a natureza, visando à compreensão da cidadania, que é um bem que deve ser respeitado por todos nós, no que se refere ao uso sustentável dos recursos naturais no presente, assim como para as futuras gerações”, analisou o governador Flávio Dino.

Os recursos serão destinados também à proteção e ações de recuperação de áreas do interior do Estado, a exemplo do Parque Ambiental de Timon, beneficiado com R\$ 4 milhões. O deputado Rafael Leitoa (PDT), presente no evento, elogiou a iniciativa. “É uma importante iniciativa, tendo em vista que são recursos oriundos de compensações ambientais, conquistadas com a interação entre os três poderes. Só quem ganha é a população do Maranhão e, principalmente do interior, que tem mais dificuldade de acesso”, ressaltou o parlamentar.

Segundo o presidente do TJMA, José Joaquim Figueiredo dos Anjos, mesmo sabendo das dificuldades que passam os municípios, o momento é impar para a sociedade maranhense. “Desde que assumimos a presidência desta Corte, tenho falado nos meus discursos sobre a necessidade dessa harmonia entre os poderes constituídos do Estado. E, hoje, estamos concretizando com esse ato a parceria entre Legislativo, Judiciário e Executivo”.

Antes da assinatura dos despachos de liberação de recursos destinados ao meio ambiente, as autoridades participaram da entrega de carrinhos elétricos para a Secretaria de Estado da Cultura. Os veículos, que facilitam a mobilidade, garantindo acessibilidade e mais conforto para pessoas com deficiência que circulam no Centro Histórico de São Luís, foram entregues pelo juiz Douglas de Melo Martins, da Vara de Interesses Difusos.

“São vários direitos humanos garantidos com um só gesto. Faço registro que tudo decorreu de uma ação proposta pela Defensoria Pública e que teve parecer do Ministério Público, para garantir acessibilidade, que é um direito fundamental, além do acesso à cultura. Afinal, esses carrinhos estarão à disposição para fazer city tour nos pontos turísticos para pessoas com deficiência, idosos, e pessoas com mobilidade reduzida”, explicou o magistrado.

Desembargadora mantém decisão do juiz Queiroga Filho que negou pedido de liminar do MP contra prefeitura de Barra do Corda

desembargadora mantém decisao do juiz queiroga filho que negou pedido liminar do mp contra prefeitura de barra do corda - Desembargadora mantém decisão do juiz Queiroga Filho que negou pedido de liminar do MP contra prefeitura de Barra do Corda - minuto barra

No dia 14 de maio, o Ministério Público do Maranhão propôs Ação Civil Pública de obrigação de fazer contra o Município de Barra do Corda para que fosse implementado corretamente o plano de contingência de zika, chikungunya e dengue. A manifestação ministerial foi assinada pelo promotor de justiça Edilson Santana de Sousa.

PUBLICIDADE

A ação também pedia a condenação por ato de improbidade administrativa do prefeito Eric Costa e contra a então secretária municipal de Saúde Eloisa Mota de Sousa.

De acordo com o Ministério Público, a prefeitura deveria ser obrigada a manter o laboratório de exames em funcionamento, oferecendo hemograma e os demais exames necessários à função diagnóstica a serviço da campanha de combate às arboviroses.

O promotor solicitou ainda ao Poder Judiciário, obrigar a prefeitura a manter o serviço da coordenação da campanha, o veículo que foi destinado pelo Ministério da Saúde para os deslocamentos referentes a notificações e investigações.

Outra providência solicitada pelo MP, foi a implementação de medidas recomendadas no relatório das ações do Programa Estadual de Controle das Arboviroses (arbovírus engloba todos aqueles transmitidos por artrópodes, ou seja, insetos e aracnídeos), realizadas em Barra do Corda em 2019, pela Superintendência de Epidemiologia e Controle de Doenças da Secretaria de Estado da Saúde, oferecendo as condições materiais e humanas para o combate ao mosquito aedes aegypt em Barra do Corda.

Em decisão proferida em 17 de agosto, o juiz Antônio Elias de Queiroga Filho negou todos os pedidos de tutela antecipada solicitadas pelo Ministério Público contra a Prefeitura de Barra do Corda e contra o prefeito Eric Costa e a secretária Eloísa Mota.

Queiroga Filho destacou na decisão, que o MUNICÍPIO DE BARRA DO CORDA não pode ser configurado como réu em Ação de Improbidade Administrativa, pois, é tido como pessoa jurídica de direito público e não pode responder por tal crime. O juiz destacou ainda nas entrelinhas, que a denúncia oferecida pelo Ministério Público deveria ter sido protocoladas no judiciário de forma separadas, no caso em duas, uma contra o MUNICÍPIO DE BARRA DO CORDA(no caso para cumprir com os serviços que não estavam sendo oferecidos nas unidades de saúde e nas ações no combate ao mosquito da dengue) e a outra denúncia contra o prefeito Eric Costa e contra a secretária de saúde Eloísa Mota por ATOS DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA solicitando sanções civil-administrativa, dentre as quais, a perda dos cargos, proibição de contratar com o poder público, bloqueio de bens e outras punições.

No dia 26 de setembro o promotor de Barra do Corda Edilson Santana recorreu ao Tribunal de Justiça em São Luís contra a decisão do juiz Queiroga Filho.

O caso caiu nas mãos da Desembargadora Anildes Cruz que manteve a decisão do juiz Queiroga Filho de Barra do Corda.

Continue lendo em:
<https://minutobarra.com.br/noticias/desembargadora-mantem-decisao-do-juiz-queiroga-filho-que-negou-pedido-d-e-liminar-do-mp-contra-prefeitura-de-barra-do-corda/>

Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo unem esforços para garantir sustentabilidade ambiental no Maranhão

Serão investidos mais de R\$ 25 milhões em unidades de conservação, dentre as quais, o Parque Estadual do Rangedor e o Parque Estadual do Bacanga

O presidente da Assembleia Legislativa do Maranhão, deputado Othelino Neto (PCdoB), participou, segunda-feira (18), no plenário do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), da assinatura de atos interinstitucionais pela Sustentabilidade do Estado do Maranhão. O objetivo é destinar recursos para a proteção do meio ambiente no Maranhão, com o apoio dos poderes Legislativo, Judiciário e Executivo.

Na oportunidade, o juiz Douglas de Melo Martins, titular da Vara de Interesses Difusos e Coletivos, assinou o despacho de liberação de recursos para proteção ambiental, e, em seguida, o governador Flávio Dino (PCdoB) assinou o Decreto do Eco Liga e o Projeto de Lei do Parque Estadual do Bacanga, que deverá ser enviado à Assembleia Legislativa para ser apreciado e votado pelos parlamentares.

“É um momento histórico em que os poderes constituídos e órgãos autônomos somam forças para investir em sustentabilidade, tornando, assim, o Maranhão cada vez mais sustentável e ambientalmente saudável”, ressaltou o presidente Othelino.

De acordo com o plano de execução apresentado pelo Governo do Estado, serão investidos mais de R\$ 25 milhões em unidades de conservação, dentre as quais, o Parque Estadual do Rangedor e o Parque Estadual do Bacanga. Os recursos serão destinados também à proteção e ações de recuperação de áreas do interior do Estado, a exemplo do Parque Ambiental de Timon, beneficiado com R\$ 4 milhões.

“Com esses recursos, frutos dessa união, fazer um trabalho de proteção, defesa e qualificação é um passo importante para que haja essa interação entre as pessoas e a natureza, visando à compreensão da cidadania, que é um bem que deve ser respeitado por todos nós, no que se refere ao uso sustentável dos recursos naturais no presente, assim como para as futuras gerações”, analisou o governador Flávio Dino.

Segundo o presidente do TJMA, José Joaquim Figueiredo dos Anjos, mesmo sabendo das dificuldades que passam os municípios, o momento é impar para a sociedade maranhense. “Desde que assumimos a presidência desta Corte, tenho falado nos meus discursos sobre a necessidade dessa harmonia entre os poderes constituídos do Estado. E, hoje, estamos concretizando com esse ato a parceria entre Legislativo, Judiciário e Executivo”.

OAB MARANHÃO DISCUTE SOBRE RACISMO NO I FÓRUM ZUMBI DOS PALMARES

A OAB Maranhão reuniu palestrantes renomados, representantes de entidades ligadas à cultura negra, do poder judiciário, do poder executivo, além de advogadas, advogados e sociedade em geral para discutir problemas enfrentados pela população negra no Maranhão e no Brasil no I Fórum Zumbi dos Palmares, realizado no auditório da Seccional.

O evento, idealizado pela Comissão da Verdade da Escravidão Negra no Brasil da OAB Maranhão, abordou o tema 'Debatendo e desconstruindo o racismo', em que tratou como o preconceito racial sofrido influencia nas condições de vida da população negra, causando inúmeros problemas sociais, que passam pela intolerância religiosa, subempregos, baixa escolaridade e chegam a casos extremos de violência.

O diretor tesoureiro, Kaio Saraiva, representou o presidente da Casa, Thiago Diaz, na abertura do evento e reforçou a importância da Seccional entrar na luta para combater o racismo. Segundo ele, "Como a Casa da Democracia, a OAB Maranhão não poderia ficar de fora desse debate, ainda mais próximo a uma data tão emblemática, como é o Dia da Consciência Negra. Aproveito para parabenizar a Comissão pela iniciativa e pela coragem de tratar sobre esta temática no estado do Maranhão, e destaco o excelente trabalho que ela vem desenvolvendo na luta pelos direitos da população negra", reforçou.

Na oportunidade, os membros da Comissão da Verdade da Escravidão Negra no Brasil da Seccional Maranhense foram empossados e também foi feita uma homenagem a personalidades negras que prestaram relevantes serviços à sociedade maranhense, como a desembargadora do Tribunal de Justiça do Maranhão, Ângela Salazar. "Racismo é um tema que nos incomoda e sabemos que ele é cruel, que ele exclui, que ele separa e o resultado é a violência. Então, é essencial promover o debate sobre essa e outras temáticas para combatermos o preconceito e viabilizarmos melhores condições de vida e de trabalho para esta população", ressaltou a Desembargadora.

A programação contou com a palestra 'Do Pelourinho ao Eats: analisando as novas epistemologias da escravidão na sociedade brasileira', proferida pela professora e presidente da Comissão Especial de Promoção da Igualdade Racial da OAB Bahia, Dandara Pinho, que analisou o cenário social atual e destacou a falta de oportunidades para os negros. "Para que possamos garantir os nossos direitos e o respeito à população negra, é preciso que estejamos nos cargos de comando. Durante muito tempo, tentou-se fazer isso pedagogicamente, mas só teremos mudanças de fato, quando conseguirmos exercer as funções de diretoria", afirmou Dandara.

Em seguida, o presidente da Comissão Nacional da Verdade da Escravidão Negra no Brasil do Conselho Federal da OAB, Humberto Adami, ministrou a palestra 'A importância histórica da Comissão Nacional da Verdade da Escravidão Negra da OAB', em que mostrou um pouco da atuação da comissão no âmbito nacional e elogiou a criação da comissão no Maranhão. "A Comissão da Verdade da Escravidão Negra no Brasil está presente em 17 seccionais. É um grande avanço, mas ainda falta instalar em 10 estados. O Maranhão chega para juntar forças no resgate da verdade sobre a história do Brasil e dos heróis da população negra que ajudaram a construir esse país", disse Humberto Adami.

O presidente da Comissão da Verdade da Escravidão Negra no Brasil da OAB Maranhão, Erik Moraes, avaliou de forma positiva o primeiro evento realizado pela comissão após a sua criação. “É com muita felicidade que realizamos o nosso primeiro fórum na Seccional Maranhense, onde pudemos debater e desconstruir o racismo com a participação da sociedade civil. Conseguimos dar posse para os membros da comissão e ouvir dois grandes baluartes jurídicos nessa área. Então, fechamos um ciclo e começamos um segundo momento de engrandecimento da comissão, em que vamos ampliar a participação da comissão e procurar efetividades em processuais jurídicos para que a gente possa fazer a reparação necessária ao povo negro do estado do Maranhão”, concluiu Erik Moraes.

ATUAÇÃO DA OAB MARANHÃO LEVA CONSELHO FEDERAL REQUERER INGRESSO COMO AMICUS CURIAE EM MANDADO DE SEGURANÇA NO STF QUE TRATA DOS PRECATÓRIOS

Publicado em novembro 20, 2019 por Paulo Roberto

O Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil, decidiu, por unanimidade, que irá requerer ingresso como amicus curiae no mandado de segurança do Estado do Maranhão no STF, em que pedem que o Governo Federal seja obrigado a providenciar o empréstimo, previsto na emenda 99, para pagamento dos precatórios.

A relatoria do voto ficou a cargo do secretário-geral da OAB, Alberto Simonetti, que destacou a importância dos precatórios, não só para a advocacia, mas para toda a sociedade brasileira. “Os advogados e advogadas estão junto com milhares de cidadãos brasileiros entre os credores dos precatórios a serem pagos pelos entes federados. As referidas verbas possuem caráter alimentar e o seu pagamento, em tempo razoável, merece toda a atenção deste Conselho na medida em que atenderá não apenas os interesses coletivos da advocacia, mas terá significativo impacto na economia de todos os estados brasileiros”, afirmou.

Em seu voto, Simonetti relatou ainda que as informações de maneira sucinta evidenciam a relevância e a importância e a repercussão social da matéria a autorizar a participação do Conselho como amicus curiae em todas as demandas que versam sobre o Artigo 101, parágrafo 4º da ADCT em trâmite no Supremo Tribunal Federal. “Pelo exposto, voto, nesses termos, pelo requerimento de admissão desta entidade no mandato de segurança 36375 e nas demais ações que tramitam na Suprema Corte discutindo o art. 101, parágrafo 4º”, votou.

De posse da palavra, o presidente da OAB Maranhão, Thiago Diaz, ressaltou a luta da OAB Maranhão junto ao Governo do Estado para a regularização da dívida dos precatórios. “Quero destacar a importância desse ingresso da Ordem como amicus curiae, para a advocacia na base, nos estados. Isso, especificamente, no caso do Maranhão, que é o case em que se justificou o pedido de entrada da Ordem. Nós, na OAB Maranhão, pressionamos muito fortemente o governo do Estado pelo atraso no pagamento dos precatórios, pela importância que todos nós sabemos que isso tem para a advocacia, mormente pela questão dos honorários advocatícios”, pontuou Diaz.

Na oportunidade, Diaz observou ainda que em função das diversas negativas do Governo do Estado no pagamento da dívida a OAB foi ao Tribunal de Justiça solicitar o sequestro de verbas para honrar o pagamento. “Fomos ao Tribunal de Justiça e requeremos ao presidente do Tribunal o sequestro das verbas do Governo do Estado. Como o presidente do TJ não fez, fomos, assim, ao CNJ, solicitando o pagamento da dívida. Foi então, que o governador solicitou à Assembleia Legislativa um pedido de autorização para empréstimo”, explicou.

Desde 2017, a OAB Maranhão vem atuando incessantemente junto ao governo do Estado para que regularize sua dívida de precatórios junto à sociedade maranhense e também à advocacia. Vale destacar que a responsabilidade de arrecadar o dinheiro para pagar os precatórios é do Tribunal de Justiça do Estado do Maranhão. A OAB Maranhão tem cobrado com insistência tanto à Corte de Justiça, quanto o Governo do Estado para que sejam tomadas as providências cabíveis para que o Governo do Estado pague os precatórios.

“A emenda constitucional 99, diz que esse empréstimo tem natureza vinculada. Então, não corre o risco de ser utilizado para outra finalidade, que não o pagamento de precatórios e por isso, parabenizo o voto e também adiro no sentido de pedir a esse Conselho o deferimento pelo ingresso da Ordem como amicus curiae, porque realmente é relevante para o Estado que nós cobramos os pagamentos dos precatórios, que precisam viabilizar a forma, ferramentas, dinheiro, para efetivamente fazer esses pagamentos”, finalizou Thiago Diaz.

Possibilidade de venda de precatórios

O artigo 105 do ADCT estabelece que: Art. 105. Enquanto viger o regime de pagamento de precatórios previsto no art. 101 deste Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, é facultada aos credores de precatórios, próprios ou de terceiros, a compensação com débitos de natureza tributária ou de outra natureza que até 25 de março de 2015 tenham sido inscritos na dívida ativa dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios, observados os requisitos definidos em lei própria do ente federado.

A alteração recente promovida pela Emenda Constitucional n. 99 tornou mais atraente para grandes empresas a compra de precatórios, na medida em que poderão compensar esses créditos com débitos tributários.

Os credores de precatórios que tiverem pressa no recebimento de seus valores e estiverem dispostos a abrir mão de parte de seu crédito (deságio) podem buscar seus advogados para verificar a possibilidade de venda do precatório.

Emenda Constitucional 94/2016

A norma Constitucional alterada passou a estabelecer um novo sistema de pagamento de precatórios. De acordo com a Emenda Constitucional 94/2016, poderão ser pagos até 2020, por um regime especial, os precatórios a cargo de estados, do Distrito Federal e de municípios pendentes até 25 de março de 2015 e aqueles que vencerão até 31 de dezembro de 2020.

A nova norma ajusta o regime de pagamentos à decisão de 2013 do Supremo Tribunal Federal (STF), que declarou a inconstitucionalidade de parte da Emenda Constitucional 62, de 2009. Essa emenda previa prazo de 15 anos para os pagamentos. Os precatórios são dívidas contraídas pelos governos em todas as esferas quando são condenados pela Justiça a fazer um pagamento.

Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo unem esforços para garantir sustentabilidade ambiental no Maranhão

“É um momento histórico em que os poderes constituídos e órgãos autônomos somam forças para investir em sustentabilidade, tornando, assim, o Maranhão cada vez mais sustentável e ambientalmente saudável”, ressaltou o presidente Othelino

Priscila Petrus 19 de novembro de 2019 0 12

Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo unem esforços para garantir sustentabilidade ambiental no Maranhão-priscila petrus
Anúncios

O presidente da Assembleia Legislativa do Maranhão, deputado Othelino Neto (PCdoB), participou, na segunda-feira (18), no plenário do Tribunal de Justiça do Maranhão (TJMA), da assinatura de atos interinstitucionais pela Sustentabilidade do Estado do Maranhão.

O objetivo é destinar recursos para a proteção do meio ambiente no Maranhão, com o apoio dos poderes Legislativo, Judiciário e Executivo.

Na oportunidade, o juiz Douglas de Melo Martins, titular da Vara de Interesses Difusos e Coletivos, assinou o despacho de liberação de recursos para proteção ambiental, e, em seguida, o governador Flávio Dino (PCdoB) assinou o Decreto do Eco Liga e o Projeto de Lei do Parque Estadual do Bacanga, que deverá ser enviado à Assembleia Legislativa para ser apreciado e votado pelos parlamentares.

“É um momento histórico em que os poderes constituídos e órgãos autônomos somam forças para investir em sustentabilidade, tornando, assim, o Maranhão cada vez mais sustentável e ambientalmente saudável”, ressaltou o presidente Othelino.

De acordo com o plano de execução apresentado pelo Governo do Estado, serão investidos mais de R\$ 25 milhões em unidades de conservação, dentre as quais, o Parque Estadual do Rangedor e o Parque Estadual do Bacanga.

Biaman Prado

Governador Flávio Dino assina os termos de liberação de recursos visando a ações de proteção ambiental no Maranhão

“Com esses recursos, frutos dessa união, fazer um trabalho de proteção, defesa e qualificação é um passo importante para que haja essa interação entre as pessoas e a natureza, visando à compreensão da cidadania, que é um bem que deve ser respeitado por todos nós, no que se refere ao uso sustentável dos recursos naturais no presente, assim como para as futuras gerações”, analisou o governador Flávio Dino.

Poderes Legislativo, Judiciário e Executivo unem esforços para garantir sustentabilidade ambiental no Maranhão-priscila petrus

Os recursos serão destinados também à proteção e ações de recuperação de áreas do interior do Estado, a exemplo do Parque Ambiental de Timon, beneficiado com R\$ 4 milhões. O deputado Rafael Leitoa (PDT), presente no evento, elogiou a iniciativa.

“É uma importante iniciativa, tendo em vista que são recursos oriundos de compensações ambientais, conquistadas com a interação entre os três poderes. Só quem ganha é a população do Maranhão e, principalmente do interior, que tem mais dificuldade de acesso”, ressaltou o parlamentar.

Segundo o presidente do TJMA, José Joaquim Figueiredo dos Anjos, mesmo sabendo das dificuldades que passam os municípios, o momento é impar para a sociedade maranhense. “Desde que assumimos a presidência desta Corte, tenho falado nos meus discursos sobre a necessidade dessa harmonia entre os poderes constituídos do Estado. E, hoje, estamos concretizando com esse ato a parceria entre Legislativo, Judiciário e Executivo”.

Acessibilidade

Antes da assinatura dos despachos de liberação de recursos destinados ao meio ambiente, as autoridades participaram da entrega de carrinhos elétricos para a Secretaria de Estado da Cultura. Os veículos, que facilitam a mobilidade, garantindo acessibilidade e mais conforto para pessoas com deficiência que circulam no Centro Histórico de São Luís, foram entregues pelo juiz Douglas de Melo Martins, da Vara de Interesses Difusos.

Biaman Prado

No ato, também foram entregues carrinhos que vão fazer city tour transportando pessoas com deficiência pelo Centro

“São vários direitos humanos garantidos com um só gesto. Faço registro que tudo decorreu de uma ação proposta pela Defensoria Pública e que teve parecer do Ministério Público, para garantir acessibilidade, que é um direito fundamental, além do acesso à cultura. Afinal, esses carrinhos estarão à disposição para fazer city tour nos pontos turísticos para pessoas com deficiência, idosos, e pessoas com mobilidade reduzida”, explicou o magistrado.

Também participaram dos atos o procurador geral do Estado, Rodrigo Maia; o procurador geral de Justiça, Luiz Gonzaga Martins Coelho; do coordenador do Fórum Estadual de Educação Ambiental, Sálvio Dino Júnior; secretários de Estado, defensores públicos, entre outras autoridades.

Biaman Prado

<http://www.al.ma.leg.br/noticias/39424>

Veja

também:<https://priscilapetrus.com.br/assembleia-legislativa-recebe-discussao-sobre-plano-diretor-nesta-terca-feira/>

Recursos de compensação ambiental garantem carrinhos elétricos para Centro Histórico e preservação do meio ambiente

O governador Flávio Dino e membros do Poder Judiciário do Maranhão assinaram, na segunda-feira (18), na sede do TJMA, atos... [...]

19 de novembro de 2019

O governador Flávio Dino e membros do Poder Judiciário do Maranhão assinaram, na segunda-feira (18), na sede do TJMA, atos interinstitucionais que destinam recursos de compensação ambiental (indenização por impactos ambientais) para a promoção de ações sustentáveis no Estado. A parceria também garantiu a aquisição de carrinhos elétricos que irão facilitar a locomoção de pessoas com mobilidade reduzida, nas ruas do Centro Histórico de São Luís.

Flávio Dino destacou que o momento celebra “a união dos poderes em um movimento em prol da vida, que abrange desde ações para a proteção das populações indígenas, a ampliação dos programas de mobilidade em respeito às pessoas com deficiência, à destinação de recursos para o meio ambiente”.

O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador José Joaquim Figueiredo dos Anjos, também comemorou o momento. “Estamos concretizando mais uma importante ação, que é fruto da harmonia dos poderes constituídos em prol do bem do povo”.

Entre os documentos assinados está o ato que destina a doação de R\$ 26 mi para proteção ambiental. “A verba é um saldo remanescente de compensação ambiental da Petrobras para a instalação da Refinaria Premium que, mesmo interrompida, causou impactos ao meio ambiente”, explicou o procurador-geral do Maranhão, Rodrigo Maia.

Ainda de acordo com o procurador, o recurso será investido na proteção de unidades de conservação e em ações de incentivo às comunidades para a preservação do meio ambiente. Também foram assinados o Decreto do Eco Liga; o ato de definição das equipes de trabalho da força-tarefa para a segurança dos povos indígenas; além do projeto de lei que delimita o Parque Estadual do Bacanga.

O governador Flávio Dino ressaltou que as unidades de conservação, a exemplo do Parque do Rangedor e outros parques que vêm sendo implantados em várias regiões do Estado, promovem o contato harmonioso da população com o meio ambiente.

“É um passo importante para que haja essa interação entre as pessoas e a natureza, visando à compreensão da cidadania de que é um bem que deve ser protegido por todos, porque diz respeito ao uso sustentável dos recursos naturais, agora, e para as futuras gerações”, frisou.

Democratização da cultura às pessoas com deficiência

Na solenidade, também foi realizada a entrega de dois carrinhos elétricos à Secretaria de Estado de Cultura (Secma). O objetivo é facilitar a locomoção de pessoas com mobilidade reduzida, nas ruas do Centro Histórico de São Luís. Os veículos são frutos de acordo realizado entre a Defensoria Pública do Estado e as empresas Unimed e AllCare. As empresas converteram decisões judiciais em ações sociais, resultando na aquisição dos equipamentos.

A intenção é que os novos equipamentos permitam a ampliação do trajeto, que antes ia da Praia Grande até a Defensoria Pública, a fim de abranger também os museus e as casas de cultura do estado localizadas no Centro Histórico.

Para a advogada Isabelle Passinho, membro do Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência, os equipamentos irão contribuir para a garantia de direitos. “A pessoa com deficiência tem direito a ter acesso ao patrimônio histórico, à cultura, ao lazer e ao esporte, então qualquer tipo de recurso para auxiliar nesse processo é muito bem-vindo”, comemorou.

O direcionamento quanto à doação e utilização dos veículos foi determinado em audiência na Vara de Interesses Difusos e Coletivos do Tribunal de Justiça do Maranhão, realizada no dia 6 de novembro.

Veja que estados e capitais têm feriado da Consciência Negra nesta quarta

Comemoração está no calendário federal, mas poucos estados consideram feriado

Nesta quarta-feira, 20 de novembro, comemora-se o Dia da Consciência Negra, data que marca a morte de Zumbi dos Palmares. A comemoração está no calendário oficial do país, instituída por lei federal de 2011.

Mas apenas alguns estados e capitais consideram a data feriado e decretam paralisação. A cidade de São Paulo é uma delas. Veja, abaixo, a lista:

Consciência Negra

A cineasta Sabrina Fidalgo, que já recebeu 13 prêmios, a maior parte deles pelo seu curta Rainha (2016), conta que já foi procurada por mais de 50 produtoras como "diretora negra" para que as empresas ganhassem editais da Ancine. "Eu sou uma artista, não uso minha negritude como profissão. Eu não sou seu negro", diz Primeira turma de medicina da Universidade Federal do Recôncavo, na Bahia, forma 12 médicos negros Há 16 anos era sancionada a lei que tornou obrigatório o ensino da história e cultura afrobrasileira no país, porém, a implementação da medida ainda é irregular. Na foto Pietra, 6 (esq) e Maria Clara, (5) em Atividade do projeto Azizi Abayomi na escola municipal Nelson Mandela Em 1912, uma série de atentados a terreiros de Alagoas, conhecido como Quebra de 1912 ou Quebra de Xangô —o orixá mais cultuado em Alagoas à época—, é considerada o segundo episódio mais traumático da história negra do estado onde um dia existiu o maior quilombo do país, Palmares. Na foto, uma cerimônia no Instituto Céu Estrela Guia, em São Paulo Nas universidades privadas, os negros ainda são minoria e representam 46,6%, enquanto os brancos e outros são 53,4%. Na foto, estudantes do coletivo negro AfroMack protestam contra racismo no Mackenzie, em São Paulo A taxa de homicídio entre homens jovens negros (pretos e pardos) em 2017 era quase três vezes superior a de homens jovens brancos, segundo o IBGE. Segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 75,4% das pessoas mortas em decorrência de ações policiais eram negras. Além disso, 61% das mulheres vítimas de feminicídio negras Para negros de direita e conservadores, como o vereador Fernando Holiday (DEM-SP), Zumbi dos Palmares não é herói e o dia da consciência negra não deveria ser comemorado em 20 de novembro. A direita prefere Luis Gama, advogado negro que foi escravo e se tornou um dos grandes abolicionistas brasileiros A deputada Talíria Petrone (PSOL-RJ), eleita com mais de 100 mil votos, foi barrada por seguranças no dia de sua posse. Na foto, ela discursa no plenário da Câmara durante sessão solene em homenagem aos 131 anos da Lei Áurea. Apenas 24% dos deputados se declaram negros. No Senado, 20% dos congressistas são pretos e pardos Pretos e pardos são maioria nas universidades públicas no Brasil pela primeira vez. Segundo o IBGE, grupo que representa 55,8% da população perfaz 50,3% dos alunos ensino superior público. Na foto, o ex-pedreiro Zivalso Nunes de Brito, que se formou em Direito com ajuda da Educafro

A taxa de homicídio entre homens jovens negros (pretos e pardos) em 2017 era quase três vezes superior a de homens jovens brancos, segundo o IBGE. Segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 75,4% das pessoas mortas em decorrência de ações policiais eram negras. Além disso, 61% das mulheres vítimas de feminicídio negras Zanone Fraissat/Folhapress

?ACRE

Não é feriado estadual

Rio Branco: não é feriado

ALAGOAS

Feriado estadual

Maceió: feriado

AMAZONAS

Feriado estadual

Manaus: feriado

AMAPÁ

Feriado estadual

Macapá: feriado

BAHIA

Não é feriado estadual

Salvador: Não é feriado

CEARÁ

Não é feriado estadual

Fortaleza: Não é feriado

DISTRITO FEDERAL

Não é feriado distrital

ESPÍRITO SANTO

Não é feriado estadual

Vitória: não é feriado

GOIÁS

Não é feriado estadual

Goiânia: lei municipal instituiu feriado, mas foi derrubada pela Justiça

MARANHÃO

Lei estadual instituiu feriado, mas foi derrubada pela Justiça

São Luís: não é feriado

Comércio vai pagar hora-extra, mesmo sem feriado estadual

Tribunal de Justiça do Maranhão declarou inconstitucional a lei que previa feriado estadual no Dia Nacional da Consciência Negra; apesar da decisão, lojas deverão pagar gratificação

NELSON MELO / O ESTADO

20/11/2019

Comércio vai pagar hora-extra, mesmo sem feriado estadual

Atendendo a Convenção Coletiva de Trabalho, lojas que funcionarem hoje, 20, terão de gratificar funcionário (De Jesus / O ESTADO)

Nesta quarta-feira, 20, será comemorado o Dia Nacional da Consciência Negra, em alusão à morte de Zumbi dos Palmares, então líder do Quilombo dos Palmares. Recentemente, o Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ/MA) declarou inconstitucional a lei que previa feriado estadual na referida data. Apesar da decisão judicial, as lojas de rua que abrirem hoje em São Luís deverão pagar gratificação e 100% de hora-extra aos funcionários, pois existe um Termo Aditivo que complementa a Convenção Coletiva de Trabalho 2018/2019 e foi assinado em 8 de outubro deste ano.

Segundo Osvaldo Muller, presidente do Sindicato dos Empregados no Comércio de São Luís (Sindcomerciários), existem duas condições trabalhistas para o feriado. Uma diz que, se as lojas de rua funcionarem das 8h às 14h, o empregador deverá pagar aos funcionários R\$ 50,00 de gratificação e R\$ 5,00 ao sindicato profissional por cada trabalhador. Caso a carga horária seja das 8h às 18h, o pagamento aos empregados deverá ser de R\$ 60,00 de gratificação e R\$ 10,00 à entidade. Nos dois casos, a hora extra será de 100%.

O Termo Aditivo diz respeito aos feriados de 12 de outubro, 2 de novembro, 15 de novembro e 20 de novembro. Nesse documento, há um item que autoriza as empresas de rua representadas pelas entidades convenientes a funcionarem no horário das 8h às 18h. E as situadas em shoppings centers das 10h às 22h. Porém, o trabalho nesses dias será considerado extraordinário e pago com acréscimos 100% sobre o valor da hora normal.

O Aditivo foi assinado, além do Sindicato dos Comerciários de São Luís, pela Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado do Maranhão (Fecomércio/MA), Sindicato do Comércio Atacadista de Drogas, Medicamentos, Perfumarias, Cosméticos e Artigos de Toucador do Maranhão e Sindicato dos Comércio Varejista de Material Elétrico e Aparelhos Eletrodomésticos de São Luís.

Decisão do TJ/MA

No último dia 9, os desembargadores do TJ/MA decidiram considerar inconstitucional a Lei 10.747/2017, de autoria do deputado Zé Inácio (PT), que estabelecia o dia 20 de novembro como feriado estadual, em alusão ao Dia da Consciência Negra. Foi uma resposta a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) ajuizada pela Fecomércio/MA, Federação das Indústrias do Estado do Maranhão (Fiema) e Associação Comercial do Maranhão (ACM). As entidades alegaram que, de acordo com a lei federal 9.093/95, os estados têm direito à criação de apenas um feriado.

As entidades argumentaram que o diploma legislativo afrontou os artigos 1º e 11 da Constituição Estadual, pois violou a competência da União para legislar acerca da criação de novos feriados. Por unanimidade, o pleno do TJ/MA acatou esses argumentos. O relator foi o desembargador Kleber Carvalho.

Orientação da Fecomércio/MA

A Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado do Maranhão (Fecomércio/MA) informa que o julgamento, pelo Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ/MA), da ADI nº. 0808708-26.2018.8.10.0000, decidiu pela inconstitucionalidade da Lei Estadual nº. 10.747/2017. Com isso, o TJ/MA extinguiu o feriado de 20 de novembro no Maranhão.

Apesar disso, a Fecomércio-MA orienta às empresas que observem as regras estipuladas nas respectivas Convenções Coletivas para o funcionamento no próximo dia 20 de novembro, uma vez que as condições negociadas nas Convenções ou Acordos Coletivos tem sobreposição à Lei.

Neste sentido, cabe ressaltar que para os setores abrangidos pela Convenção Coletiva firmada pela Fecomércio-MA e o Sindicomercários de São Luís, incluindo o 1º Termo Aditivo, o funcionamento do comércio na capital, excepcionalmente no ano de 2019, terá condições especiais de remuneração neste dia 20 de novembro, apesar da revogação do feriado.

Desse modo, para que sejam evitados futuros questionamentos judiciais, as empresas que decidirem pelo funcionamento deverão promover o pagamento dos valores das horas trabalhadas com adicional de 100%, além de uma gratificação de R\$ 60,00 (sessenta reais) por empregado convocado para o trabalho nesse dia.

SAIBA MAIS

CONSCIÊNCIA NEGRA

O Dia Nacional de Zumbi e da Consciência Negra, celebrado em 20 de novembro, foi instituído oficialmente pela Lei nº 12.519, de 10 de novembro de 2011. A data faz referência à morte de “Zumbi”, o então líder do Quilombo dos Palmares, que ficava entre os estados de Alagoas e Pernambuco, no Nordeste do Brasil. “Zumbi” foi morto em 1695, na referida data, por bandeirantes liderados por Domingos Jorge Velho.

Atualmente, existe uma série de estudos que procuram reconstituir a biografia desse personagem da resistência à escravidão no Brasil. A data de sua morte, descoberta por historiadores no início da década de 1970, motivou membros do Movimento Negro Unificado contra a discriminação racial, em um congresso realizado em São Paulo, no ano de 1978, a elegerem a figura de “Zumbi” como um símbolo da luta e resistência dos negros escravizados no Brasil, bem como da luta por direitos que os afro-brasileiros reivindicam.

Com isso, o 20 de novembro tornou-se a data para celebrar e lembrar a luta dos negros contra a opressão no Brasil.

Sustentabilidade

A sala de Sessões Plenárias do Tribunal de Justiça do Maranhão, foi o palco escolhido para a assinatura dos atos interinstitucionais pela Sustentabilidade do Estado do Maranhão, com a presença do presidente da Corte, desembargador Joaquim Figueiredo, do governador do Estado, Flávio Dino e do presidente da Assembleia Legislativa, deputado Othelino Neto.

Na mesma solenidade, foi assinado também o despacho de liberação de recursos para proteção ambiental pelo juiz titular da Vara de Interesses Difusos e Coletivos, Douglas de Melo Martins.

Durante o ato institucional que envolveu os dirigentes do três poderes estaduais, foi assinado ainda o Decreto do Eco Liga e o Projeto de Lei do Parque Estadual do Bacanga.

Judiciário abre evento sobre "Prevenção do Câncer de Próstata"

Desembargador Joaquim Figueiredo, presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, destacou a importância de combater o preconceito

20/11/2019

Judiciário abre evento sobre "Prevenção do Câncer de Próstata"

SÃO LUÍS - O presidente do Tribunal de Justiça do Maranhão, desembargador Joaquim Figueiredo, abriu, ontem, 19, evento promovido pela Divisão Médica do TJMA, em alusão ao 'Novembro Azul' - campanha mundial de conscientização para prevenção e diagnóstico precoce do câncer de próstata.

O desembargador Joaquim Figueiredo enfatizou a importância de combater o preconceito e tratar do câncer de próstata nos ambientes de convívio, com familiares e amigos. "É importantíssima a conscientização sobre a prevenção do câncer de próstata, sem machismo. Quando agimos de forma preventiva possibilitamos uma saúde prolongada", frisou.

Ele afirmou que "a cada 38 minutos, morre um homem de câncer de próstata e que o trabalho de conscientização desenvolvido pelo Poder Judiciário é estendido a todos, inclusive para os nossos pais, nossos irmãos, nossos amigos, nossa família biológica e para toda a família judiciária maranhense".

O presidente do TJMA incentivou os servidores a cuidar da saúde com atividades físicas e outras práticas saudáveis. "Cuidar do corpo e praticar esporte não é vaidade, mas sim uma questão de prevenção e saúde pública. Frequentar uma academia, ir ao médico, fazer exames periodicamente são procedimentos imprescindíveis para a saúde do homem", pontuou.

No evento - realizado no Centro Administrativo do Poder Judiciário - as servidoras e coaches Isabel Aquino e Norma Diniz falaram sobre saúde emocional. Em seguida, a médica urologista Amanda Jordão discorreu sobre a prevenção do câncer de próstata, tipo mais comum entre os homens e causa de morte de 28,6% da população masculina que desenvolve neoplasias malignas.

Na ocasião, a coordenadora da Divisão Médica do TJMA, Keila Lígia de Melo, agradeceu a presença do desembargador Joaquim Figueiredo e dos servidores e falou do trabalho desenvolvido pelo TJMA na promoção de palestras sobre prevenção de doenças. "A Divisão Médica está mais uma vez promovendo palestra de prevenção do câncer de próstata e detecção precoce para seja feito o tratamento adequado", disse.

Pesquisas

De acordo com dados do Ministério da Saúde, o câncer de próstata é o mais frequente entre os homens, depois do câncer de pele. Embora seja uma doença comum, por medo ou por desconhecimento muitos homens preferem não conversar sobre esse assunto.

As estimativas apontam 68.220 novos casos em 2018. Esses valores correspondem a um risco estimado de 66,12 casos novos a cada 100 mil homens, além de ser a segunda causa de morte por câncer em homens no Brasil, com mais de 14 mil óbitos. Na presença de sinais e sintomas, recomenda-se a realização de exames.

O Novembro Azul teve origem em 2003, na Austrália, com o objetivo de chamar a atenção para a prevenção e o diagnóstico precoce de doenças que atingem a população masculina. No Brasil, o Novembro Azul foi criado pelo Instituto Lado a Lado pela Vida, com o intuito de promover uma mudança de paradigmas em relação à ida do homem ao serviço de saúde.

Nova Previdência de Dino

20/11/2019

Os servidores públicos do Maranhão terão seu regime previdenciário mudado nos próximos dias. Hoje a Assembleia Legislativa vai votar - e provável que aprove - uma proposta do governo de Flávio Dino que modifica as alíquotas de contribuição para a Previdência. O Estado justifica que é necessário readequar os percentuais conforme as modificações feitas com a aprovação da reforma da Previdência do governo Jair Bolsonaro.

Mas a situação não é tão simples como Flávio Dino e seus aliados na Assembleia Legislativa tentam parecer ser. A gestão dinista fala em redução de alíquota para uma faixa de ganhos de até R\$ 2 mil. E é verdade. Vai reduzir de 11% para 9%.

O que o governo não fala é que a maioria dos servidores terá reajuste de, no mínimo, três pontos percentuais em sua contribuição previdenciária. Os funcionários com vencimentos superiores a R\$ 3 mil deixam de contribuir 11% e passam para 14%. Nesta faixa, atinge uma boa parte de funcionários públicos. Parte dos professores e policiais, por exemplo.

Se for contabilizada outra faixa das categorias, o percentual de contribuição previdenciária chega a 14,5%. Contando somente com estes dois tipos de profissionais, serão mais de 40 mil servidores atingidos com alíquota maior. É inegável imaginar o quanto a mais o governo estadual vai arrecadar para reduzir o déficit na Previdência estadual.

Mas toda esta mudança será feita sem qualquer debate. Sem ouvir servidores, sem dialogar com a sociedade como defendeu Flávio Dino na época da tramitação, em Brasília, da reforma da Previdência. Na república do Maranhão, com uma Assembleia Legislativa quase toda governista, não é necessária qualquer conversa como prevê a boa democracia. Basta a ordem do Palácio dos Leões.

Pedido de vistas

A proposta somente não foi votada ontem porque o deputado César Pires (PV) pediu vistas logo após a aprovação do pedido de urgência feito por Glauberth Cutrim (PDT).

Pires justificou o adiamento por considerar necessário que os deputados estaduais conheçam a matéria que vai atingir a vida de milhares de maranhenses.

O deputado do PV lembrou que o texto do Palácio dos Leões vem cheio de armadilhas para os servidores públicos.

Críticas

E o também deputado do PV, Adriano Sarney, criticou mais uma vez a postura do governador Flávio Dino sobre a falta de debate nas propostas que chegam do Palácio dos Leões.

Para o parlamentar, Dino traiu os servidores públicos por não abrir espaço para o diálogo sobre mudanças no sistema previdenciário.

Também se manifestaram contra a urgência na votação dos deputados do PL (Hélio Soares, Detinha, Vinícius Louro e Leonardo Sá - e ainda Arnaldo Melo (MDB).

Mais mudanças

Mudanças na alíquota das contribuições serão somente a primeira parte da reforma da Previdência de Flávio Dino.

Ainda será criado para "fazer novas adequações" previstas na reforma de Bolsonaro. Tempo de contribuição e tempo de serviço ficarão para outra proposta que não tardará a ser aprovada.

A nova proposta será feita pelo grupo de trabalho que, pela proposta governista, será composto por membros da gestão estadual, do Poder Judiciário, Ministério Público e Tribunal de Contas do Estado.

Representante

Segundo o líder do governo na Assembleia Legislativa, Rafael Leitoa (PDT), uma emenda já foi apresentada à proposta do Palácio dos Leões para que um representante dos servidores públicos seja incluído no comitê. Este representante deverá ser indicado por um sindicato que defende os servidores públicos. Que o escolhido não venha do Sinproessema, entidade representativa dos professores. Este sindicato é comandado por membros do PCdoB há mais de duas décadas e deverá - como vem fazendo - defender mais o governo do que os servidores.

Estabelecimento comercial que funcionar na quarta-feira terá que pagar hora extra

Apesar de o feriado ter sido julgado inconstitucional, empresas vão cumprir exigências como se lei estivesse em vigor.

Fonte: Aquiles Emir

Data de publicação: 20/11/2019

Estabelecimentos que forem abrir suas portas terão de cumprir todos os itens do acordo (Foto: Divulgação)

Apesar de o Tribunal de Justiça ter julgado inconstitucional o feriado desta quarta-feira (20), Dia da Consciência Negra, os estabelecimentos comerciais que forem abrir suas portas terão de cumprir todos os itens do acordo coletivo de trabalho firmado entre patrões e empregados. É o que informa a Federação do Comércio do Maranhão (Fecomércio), uma das autoras da ação que derrubou o feriado.

A ação para derrubar o feriado foi patrocinada pelas federações do Comércio e das Indústrias (Fiema) e Câmara dos Dirigentes Lojistas (CDL), que argumentaram que os estados, pelo legislação federal, podem criar apenas um feriado e este no Maranhão é o 28 de julho, Dia da Adesão do Maranhão à Independência.

A lei é de autoria do deputado Zé Inácio (PT) e foi sancionada pelo governador Flávio Dino (PCdoB) para entrar em vigor em 2018. Ano passado, ele chegou a ser cumprido, mas com a decisão do TJ, este ano não será, porém no acordo coletivo foi levado em conta a sua existência, pois a lei ainda estava em vigor.

Desta forma, as empresas que forem funcionar nesta quarta-feira terão de pagar aos empregados escalados para trabalhar hora extra dobra, R\$ 50 de gratificação ao final do expediente e recolher R\$ 5,00, por empregado, em favor do Sindicato dos Comerciantes.

Eis a íntegra da nota da Fecomércio:

A FEDERAÇÃO DO COMÉRCIO DE BENS, SERVIÇOS E TURISMO DO ESTADO DO MARANHÃO (FECOMÉRCIO-MA) informa que o julgamento, pelo Tribunal de Justiça do Maranhão (TJ/MA), da ADI nº. 0808708-26.2018.8.10.0000, decidiu pela inconstitucionalidade da Lei Estadual nº. 10.747/2017. Com isso, o TJ/MA extinguiu o feriado de 20 de novembro no Maranhão.

Apesar disso, a Fecomércio-MA orienta às empresas que observem as regras estipuladas nas respectivas Convenções Coletivas para o funcionamento no próximo dia 20 de novembro, uma vez que as condições negociadas nas Convenções ou Acordos Coletivos tem sobreposição à Lei.

Nesse sentido, cabe ressaltar que para os setores abrangidos pela Convenção Coletiva firmada pela Fecomércio-MA e o Sindicatos Comerciantes de São Luís, incluindo o 1º Termo Aditivo, o funcionamento do comércio

na capital, excepcionalmente no ano de 2019, terá condições especiais de remuneração neste dia 20 de novembro, apesar da revogação do feriado.

Desse modo, para que sejam evitados futuros questionamentos judiciais, as empresas que decidirem pelo funcionamento deverão promover o pagamento dos valores das horas trabalhadas com adicional de 100%, além de uma gratificação de R\$ 60,00 (sessenta reais) por empregado convocado para o trabalho nesse dia.

São Luís-MA, 18 de novembro de 2019.

Sem feriado, Zé Inácio comemora Dia da Consciência Negra na Assembleia

Autor da lei que instituiu o 20 de novembro, Dia da Consciência Negra, como feriado estadual, mas julgada inconstitucional pelo Tribunal de Justiça, o deputado Zé Inácio (PT), presidiu nesta quarta-feira audiência, a pedido do Conselho Estadual de Igualdade Racial, para comemoração da data. A sessão teve como tema “Da escravidão aos dias de hoje: O que mudou para a população negra do Maranhão”.

Representantes do movimento negro no Maranhão e de movimentos sociais participaram, expondo as dificuldades que o povo negro tem enfrentado ao longo dos anos e ressaltando a importância da luta em defesas dos direitos e da vida do povo negro.

Segundo Zé Inácio, as conquistas alcançadas pelo povo negro no Brasil e no Maranhão são significativas, mas o caminho até que se tenha igualdade de direitos e mais respeito pelo povo negro ainda é longo e árduo.

“O feriado estadual do dia 20 de novembro é mais que uma data importante no nosso calendário. É um dia de luta, mais um dia de luta e, por isso, o feriado deve ser mantido. A suspensão do feriado é um ato que pode ser visto como discriminatório e esse é mais um dia para lutarmos contra a retirada de direitos e buscar novas conquistas. Já foi apresentado recurso contra a decisão do TJ que suspense o feriado e acredito que essa decisão será reformada em instâncias superiores”.

O feriado deixou de ser cumprido este ano após a manifestação do TJ, que interpretou não poder ser cumprido porque o Estado já tem a sua data comemorativa, o 28 de julho, Dia da Adesão do Maranhão à Independência, e cada estado só pode ter um feriado. A Justiça atendeu a uma ação das federações do Comércio (Fecomércio) e das Indústrias (Fiema) e da Câmara dos Dirigentes Lojistas de São Luís (CDL).

Durante a audiência, houve palestra do doutor e mestre em Ciências Sociais e Política (PUC/SP), Silvio BemBem. Também participaram do debate Socorro Guterres, secretária adjunta de Igualdade Racial, Creuzamar de Pinho, secretária adjunta de Direitos Humanos; Mari-Silva Maia da Silva, presidente do Conselho Estadual De Defesa Dos Direitos Humanos; Jacinta Maria Santos, presidente do Conselho Estadual da Política de Igualdade Étnico Racial; Egberto Magno, representante da Frente em Defesa do 20 de Novembro; Jean Carlos Nunes Pereira, titular do Núcleo de Direitos Humanos da Defensoria Pública do Maranhão e Eric Morais, presidente da Comissão da Verdade da Escravidão Negra da OAB.

Comércio que funcionar nesta quarta terá que pagar hora extra

A data era feriado pelo Dia da Consciência Negra, mas foi julgada inconstitucional pela Justiça do Maranhão

pesar do Tribunal de Justiça ter julgado inconstitucional o feriado desta quarta-feira (20), Dia da Consciência Negra no Maranhão, os estabelecimentos comerciais que forem abrir suas portas terão de cumprir todos os itens do acordo coletivo de trabalho, firmado entre patrões e empregados.

É o que informa a Federação do Comércio do Maranhão (Fecomércio), uma das autoras da ação que derrubou o feriado.

A ação para derrubar o feriado foi motivada pelas federações do Comércio e das Indústrias (Fiema) e Câmara de Dirigentes Lojistas (CDL), que argumentaram que os estados, pela legislação federal, só podem criar um feriado, que no Estado já tem o 28 julho, Dia da Adesão do Maranhão à Independência.

A Lei que criou o Dia da Consciência Negra é de autoria do deputado Zé Inácio (PT) e foi sancionada pelo Governador Flávio Dino (PCdoB) para entrar em vigor em 2018. Ano passado ele chegou a ser cumprido, mas com a decisão do Tribunal de Justiça, este ano não será.

Mesmo assim, o acordo coletivo deverá ser cumprido porque foi levado em conta sua existência, pois a lei ainda estava em vigor.